

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício de 2022

Aprovado por unanimidade com uma abstenção em
24/03/2023
o Presidente do Mesc da Assembleia
Paulo Fernando de Gouveia Constantino

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2022.....	5
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2022.....	6
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2022.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2022.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	10
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	10
3. Principais políticas contabilísticas.....	10
4. Activos fixos tangíveis.....	16
5. Propriedades de investimento.....	17
6. Activos intangíveis.....	17
7. Activos Biológicos.....	17
9. Participações financeiras – método equivalência patrimonial.....	17
9. Participações financeiras – outros métodos.....	17
10. Fundadores/Patrocinadores/Doadores/ Associados.....	18
11. Outros activos financeiros.....	18
12. Activos e passivos por impostos diferidos.....	18
13. Inventários.....	18
14. Clientes/Utentes.....	19
15. Adiantamentos a fornecedores.....	20
16. Estado e outros entes públicos.....	20
17. Outras contas a receber.....	20
18. Diferimentos.....	21
19. Activos financeiros detidos para negociação.....	21
20. Outros activos financeiros.....	21
21. Activos não correntes detidos para venda.....	21
22. Caixa e depósitos bancários.....	21
23. Capital realizado.....	21
24. Outros instrumentos de capital próprio.....	21
25. Reserva legal.....	22
26. Resultados transitados.....	22
27. Excedentes de revalorização.....	22
28. Outras variações no capital próprio.....	22
29. Provisões.....	22
30. Financiamentos obtidos.....	22
31. Outras contas a pagar.....	23
32. Fornecedores.....	23
33. Adiantamentos de clientes.....	24
34. Outros passivos financeiros.....	24
35. Vendas e prestações de serviços.....	24
36. Subsídios à exploração.....	24
37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros.....	24
38. Variação nos inventários da produção.....	24
39. Trabalhos para a própria entidade.....	24
40. Custo das Merc. Vendidas e Materias Consumidas.....	24
41. Fornecimentos e serviços externos.....	25
42. Gastos com o pessoal.....	25
43. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....	25

44. Aumento /redução de justo valor.....	25
45. Outros rendimentos e ganhos	25
46. Outros gastos e perdas.....	26
47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26
48. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....	26
49. Resultados financeiros	26
50. Partes relacionadas.....	26
51. Compromissos.....	27
52. Eventos subsequentes.....	27
53. Informações exigidas por diplomas legais.....	27

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

PL

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	1 174 470,39	1 191 656,34
Activos intangíveis	6	12 300,62	12 300,62
Outros créditos e activos não correntes	11	7 745,94	7 941,93
Total dos Activos Não Correntes		<u>1 194 516,95</u>	<u>1 211 898,89</u>
Inventários	13	2 515,02	3 106,05
Créditos a receber	14	11 437,43	9 594,16
Estado e outros entes públicos	16	2 028,83	2 471,27
Fundadores / Beneméritos	10	4 579,00	4 072,50
Outras contas a receber	17	26 882,37	54 709,75
Diferimentos	18	4 955,95	6 289,35
Caixa e depósitos bancários	22	216 214,22	217 256,27
Total dos Activos Correntes		<u>268 612,82</u>	<u>297 499,35</u>
		<u>1 463 129,77</u>	<u>1 509 398,24</u>
Fundos Patrimoniais			
Fundos	23	828 117,22	828 117,22
Resultados transitados	26	9 886,92	88 993,12
Outras variações nos fundos patrimoniais	28	458 310,20	468 718,67
Resultado líquido do exercício		<u>(56 720,84)</u>	<u>(79 106,20)</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>1 239 593,50</u>	<u>1 306 722,81</u>
Passivo			
Financiamentos obtidos	30	6 875,56	6 201,04
Total dos Passivos Não Correntes		<u>6 875,56</u>	<u>6 201,04</u>
Fornecedores	32	35 720,70	33 475,49
Adiantamento de clientes	33	-	-
Estado e outros entes públicos	16	23 236,98	22 510,80
Fundadores / Beneméritos	10	136,00	77,00
Financiamentos obtidos	30	13 905,36	8 832,35
Outras passivos correntes	34	142 745,51	130 671,57
Diferimentos	28	916,16	907,18
Total dos Passivos Correntes		<u>216 660,71</u>	<u>196 474,39</u>
Total do Passivo		<u>223 536,27</u>	<u>202 675,43</u>
		<u>1 463 129,77</u>	<u>1 509 398,24</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 16 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

A MESA ADMINISTRATIVA



Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Prestação de serviços	35	387 717,57	347 168,84
Subsídios, doações e legados à exploração	36	961 286,53	866 034,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(147 117,83)	(111 118,72)
Fornecimentos e serviços externos	41	(320 540,33)	(267 902,15)
Gastos com o pessoal	42	(950 034,67)	(929 082,38)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 e 17	(165,50)	(1 704,09)
Outros rendimentos	45	77 432,45	71 830,88
Outros gastos	46	(15 923,26)	(3 477,69)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(7 345,04)	(28 251,27)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	(50 157,09)	(50 618,63)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	48	958,40	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(56 543,73)	(78 869,90)
Juros e gastos similares suportados	49	(177,11)	(236,30)
Resultado antes de impostos		(56 720,84)	(79 106,20)
Imposto sobre o rendimento do período	16	-	-
Resultado líquido do período		(56 720,84)	(79 106,20)
Resultado por acção básico		-	-

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 16 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



PK

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022**

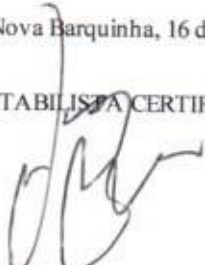
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.22</u>	<u>31.Dez.21</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		400 538,28	361 899,91
Pagamentos a fornecedores		(464 583,62)	(371 706,41)
Pagamentos ao pessoal		(945 952,34)	(926 118,24)
Caixa gerada pelas operações		<u>(1 009 997,68)</u>	<u>(935 924,74)</u>
Outros recebimentos/pagamentos		1 019 726,72	879 096,40
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>9 729,04</u>	<u>(56 828,34)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(32 971,14)	(21 869,29)
Outros activos		-	(2 055,58)
		<u>(32 971,14)</u>	<u>(23 924,87)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Outros activos		44 236,31	45 262,20
		<u>44 236,31</u>	<u>45 262,20</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>11 265,17</u>	<u>21 337,33</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(21 859,15)	(10 009,91)
Juros e gastos similares		(177,11)	(236,30)
		<u>(22 036,26)</u>	<u>(10 246,21)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>(22 036,26)</u>	<u>(10 246,21)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(1 042,05)</u>	<u>(45 737,22)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>217 256,27</u>	<u>262 993,49</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>216 214,22</u>	<u>217 256,27</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 16 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2022

(Valores expressos em euros)

Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe

		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
	1	828 117,22	-	-	88 993,12	468 718,67	(79 106,20)	1 306 722,81
	Notas							
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	27	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	27	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	12	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	28	-	-	-	(79 106,20)	(10 408,47)	79 106,20	(10 408,47)
	2	-	-	-	(79 106,20)	(10 408,47)	79 106,20	(10 408,47)
	3						(56 720,84)	(56 720,84)
	4 = 2 + 3						22 385,36	(67 129,31)
Resultado Líquido do Período								
	5							
Resultado Integral								
Operações com Instituidores no período		-	-	-	-	-	-	-
Fundos		-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
	6 = 1 + 2 + 3 + 5	828 117,22	-	-	9 886,92	458 310,20	(56 720,84)	1 239 593,50

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 16 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

SEAL PROJECT 2023

A MESA ADMINISTRATIVA

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2021

(Valores expressos em euros)

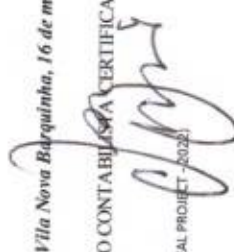
Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe

	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2021	1	828 117,22	-	-	131 978,94	479 127,14	(55 912,97)	1 383 310,33
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	27	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	27	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	12	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	28	-	-	-	(42 985,82)	(10 408,47)	55 912,97	2 518,68
	2	-	-	-	(42 985,82)	(10 408,47)	55 912,97	2 518,68
	3						(79 106,20)	(79 106,20)
Resultado Líquido do Período							(23 193,23)	(76 587,52)
Resultado Integral	4 = 2 + 3							
Operações com Instituidores no período		-	-	-	-	-	-	-
Fundos		-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2021	6 = 1 + 2 + 3 + 5	828 117,22	-	-	88 993,12	468 718,67	(79 106,20)	1 306 722,81

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Vila Nova Barquinha, 16 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO



SEAL PROJECT - 2023

A MESA ADMINISTRATIVA



Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A “Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social “ com estatutos publicados no Diário da República, com sede em Rua José Filipe Rebordão. Tem como atividade principal o apoio social a pessoas idosas com alojamento.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 Julho;
- NCRF-ESNL – Portaria N. 218/2015 de 23 Julho;

A adoção das NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2021 foram preparadas e aprovadas de acordo com as NCRF-ESNL, estando pois comparáveis com as Demonstrações Financeiras de 2022.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fíável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	3-6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural”.

3.2.3 Ativos Intangíveis

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha detém “Ativos Intangíveis” e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5 Outros Créditos e Activos não correntes

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha tem uma participação financeira no Fundo de Reestruturação do Sector Solidário e Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio o custo médio ponderado dos inventários o CMP.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

A Santa Casa da Misericórdia dispõe de dois leasings na CGD no valor de 20.780,92€.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.12 Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.13 Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos emprego classificam-se em: i) benefícios de curto prazo; ii) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença e gratificações (pagos dentro dos 12 meses).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.2.14 Juízos de Valor

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.2.15 Fluxos de Caixa

Não existem valores de caixa nem de depósitos bancários que apresentem restrições de uso na data do Balanço.

3.2.16 Desagregação dos Valores inscritos na Rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários

Caixa –	277,50 €
Depósitos á Ordem –	15.936,72 €
Outros Depósitos –	200.000,00 €

3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2021 e de 2022 foi o seguinte:

		31 de Dezembro de 2021					
		Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Custos:							
Terrenos e recursos naturais		194 702,32	-	-	-	-	194 702,32
Edifícios e outras construções		1 679 854,71	32 038,39	-	(10 499,97)	-	1 701 393,13
Equipamento básico		63 243,73	-	-	-	-	63 243,73
Equipamento de transporte		247 874,64	33 168,97	-	(33 168,97)	-	247 874,64
Equipamento biológico		-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo		68 876,15	330,87	-	-	-	69 207,02
Outros activos fixos tangíveis		19 644,15	-	-	-	-	19 644,15
Investimentos em curso		-	-	-	-	-	-
		<u>2 274 195,70</u>	<u>65 538,23</u>	<u>-</u>	<u>(43 668,94)</u>	<u>-</u>	<u>2 296 064,99</u>
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções		689 424,94	34 630,72	-	2 148,36	-	726 204,02
Equipamento básico		59 153,86	1 214,84	-	-	-	60 368,70
Equipamento de transporte		226 735,04	6 633,79	-	-	-	233 368,83
Equipamento biológico		-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo		64 307,81	1 950,36	-	1 435,22	-	64 822,95
Outros activos fixos tangíveis		19 604,31	39,84	-	-	-	19 644,15
		<u>1 059 225,96</u>	<u>44 469,55</u>	<u>-</u>	<u>3 583,58</u>	<u>-</u>	<u>1 104 408,65</u>
		31 de Dezembro de 2022					
		Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-22
Custos:							
Terrenos e recursos naturais		194 702,32	-	-	-	-	194 702,32
Edifícios e outras construções		1 701 393,13	-	-	-	-	1 701 393,13
Equipamento básico		63 243,73	6 721,55	-	-	-	69 965,28
Equipamento de transporte		247 874,64	23 300,00	-	-	-	271 174,64
Equipamento biológico		-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo		69 207,02	2 949,59	-	-	-	72 156,61
Outros activos fixos tangíveis		19 644,15	-	-	-	-	19 644,15
Investimentos em curso		-	-	-	-	-	-
		<u>2 296 064,99</u>	<u>32 971,14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 329 036,13</u>
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções		726 204,02	34 748,27	-	-	-	760 952,29
Equipamento básico		60 368,70	2 549,36	-	-	-	62 918,06
Equipamento de transporte		233 368,83	11 293,81	-	-	-	244 662,64
Equipamento biológico		-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo		64 822,95	1 565,65	-	-	-	66 388,60
Outros activos fixos tangíveis		19 644,15	-	-	-	-	19 644,15
		<u>1 104 408,65</u>	<u>50 157,09</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 154 565,74</u>

10. Fundadores/Patrocinadores/Doadores/ Associados

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados” apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Activo				
Quotas de Associados	-	4 579,00	-	6 504,00
...	-	-	-	-
Outros saldos devedores	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>4 579,00</u>	<u>-</u>	<u>6 504,00</u>
Passivo				
...	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	136,00	-	2 412,50
Outros saldos credores	-	-	-	77,00
	<u>-</u>	<u>136,00</u>	<u>-</u>	<u>2 489,50</u>

11. Outros ativos financeiros

Esta rubrica inclui, os depósitos no Fundo de Reestruturação do Sector Solidário e os depósitos no Fundo Compensação do Trabalho. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo - FRSS	1 309,22	-	1 309,22	-
FCT	6 436,72	-	6 632,71	-
(...)	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
	<u>7 745,94</u>	<u>-</u>	<u>7 941,93</u>	<u>-</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>7 745,94</u>	<u>-</u>	<u>7 941,93</u>	<u>-</u>

12. Ativos e passivos por impostos diferidos

Não se aplica.

13. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Mercadorias	-	-
Materias primas subsidiárias e de consumo	2 515,02	3 106,05
Produtos acabados	-	-
Obras em curso	-	-
	<u>2 515,02</u>	<u>3 106,05</u>
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u>2 515,02</u>	<u>3 106,05</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade de inventários", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-22	31-Dez-21
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento	-	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

14. Clientes/Utentes

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	11 437,43	-	9 594,16
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	34 212,27	-	35 170,67
	<u>-</u>	<u>45 649,70</u>	<u>-</u>	<u>44 764,83</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	34 212,27	-	35 170,67
	<u>-</u>	<u>11 437,43</u>	<u>-</u>	<u>9 594,16</u>

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	11 437,43	-	9 594,16	-
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	34 212,27	-	35 170,67	-
	<u>45 649,70</u>	<u>-</u>	<u>44 764,83</u>	<u>-</u>

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	3 812,48	1 143,74	381,25	6 099,96	11 437,43
Clientes outros	-	-	-	34 212,27	34 212,27
	<u>3 812,48</u>	<u>1 143,74</u>	<u>381,25</u>	<u>40 312,23</u>	<u>45 649,70</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-22	31-Dez-21
Saldo a 1 de Janeiro	35 170,67	33 456,69
Aumento	-	1 713,98
Reversão	(958,40)	-
Regularizações	-	-
	<u>34 212,27</u>	<u>35 170,67</u>

15. Adiantamentos a fornecedores

Não se aplica.

16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 028,83	2 471,27
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>2 028,83</u>	<u>2 471,27</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	4 135,00	3 879,00
Segurança Social	18 670,20	18 393,35
Outros impostos e taxas	431,78	238,45
	<u>23 236,98</u>	<u>22 510,80</u>

17. Outros Ativos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-22</u>		<u>31-Dez-21</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Pessoal	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	26 582,37	-	54 709,75
Outros	-	300,00	-	-
	-	<u>26 882,37</u>	-	<u>54 709,75</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>26 882,37</u>	-	<u>54 709,75</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores”, foram os seguintes:

<u>Perdas por imparidades</u>	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento	-	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

18. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	3 993,67	5 375,06
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	962,28	914,29
	<u>4 955,95</u>	<u>6 289,35</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	916,16	907,18
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>916,16</u>	<u>907,18</u>

19. Ativos financeiros detidos para negociação

Não se aplica.

20. Outros ativos financeiros

Não se aplica.

21. Ativos não correntes detidos para venda

Não se aplica.

22. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Caixa	277,50	528,05
Depósitos à ordem	15 936,72	16 728,22
Depósitos à prazo (i)	200 000,00	200 000,00
(...)	-	-
Outras	-	-
	<u>216 214,22</u>	<u>217 256,27</u>

(i) Esta rubrica regista um depósitos a prazo constituído em 2022, com uma maturidade de doze meses, renováveis.

23. Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2022 o valor dos Fundos Patrimoniais eram de 1.239.593,50€.

24. Outros instrumentos de capital próprio

Não se aplica.

25. Reserva legal

Não se aplica.

26. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de março de 2022, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

27. Excedentes de revalorização

Não se aplica.

28. Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	359 963,59	370 372,06
Doações	98 346,61	98 346,61
Outras	-	-
	458 310,20	468 718,67

29. Provisões

Não se registaram movimentos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021.

30. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro 2022 e em 2021 a rubrica Financiamentos obtidos tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	-	-	-	2 824,57
Contas caucionadas (ii)	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (v)	-	-	-	-
Locações financeiras (vi)	6 875,56	13 905,36	6 201,04	6 007,78
(...)	-	-	-	-
Outros empréstimos (vii)	-	-	-	-
	6 875,56	13 905,36	6 201,04	8 832,35

(i) Comentário sobre os empréstimos a m.l.prazo a 6 anos destinado a pagar nova plataforma informática de controlo de gestão

(vi) Comentário sobre locações financeiras - aquisição de viaturas para SAD

Prazos de reembolso	31-Dez-22	31-Dez-21
Menos de um ano	13 905,36	8 832,35
1 a 2 anos	6 875,56	3 668,17
2 a 3 anos	-	2 532,87
3 a 4 anos	-	-
4 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	20 780,92	15 033,39

31. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	-	142 745,51	-	130 477,99
Outros credores	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	193,58
	-	142 745,51	-	130 671,57

32. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Fornecedores conta corrente	35 720,70	33 475,49
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	35 720,70	33 475,49

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	35 720,70	-	33 475,49	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-	-	-
Fornecedores outros	-	-	-	-
	35 720,70	-	33 475,49	-

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2022 era a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	34 951,70	369,00	300,00	100,00	35 720,70
Fornecedores outros	-	-	-	-	-
	34 951,70	369,00	300,00	100,00	35 720,70

33. Adiantamentos de clientes

Nada a registar.

34. Outros passivos financeiros

Nada a registar.

35. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2022 e de 2021 foram como segue:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	387 717,57	-	387 717,57	347 168,84	-	347 168,84
	<u>387 717,57</u>	<u>-</u>	<u>387 717,57</u>	<u>347 168,84</u>	<u>-</u>	<u>347 168,84</u>

36. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2022 e de 2021 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Subsídios do estado e outros entes públicos	956 466,53	861 111,03
Subsídios de outras entidades	220,00	456,01
Doações e heranças	4 600,00	4 467,00
Outros subsídios	-	-
	<u>961 286,53</u>	<u>866 034,04</u>

37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

Nada a registar.

38. Variação nos inventários da produção

Nada a registar.

39. Trabalhos para a própria entidade

Nada a registar.

40. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, é detalhado como segue:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	3 106,05	-	3 106,05	3 220,71	-	3 220,71
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	146 526,80	-	146 526,80	111 004,06	-	111 004,06
Custo de vendas	(147 117,83)	-	(147 117,83)	(111 118,72)	-	(111 118,72)
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>2 515,02</u>	<u>-</u>	<u>2 515,02</u>	<u>3 106,05</u>	<u>-</u>	<u>3 106,05</u>

41. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	55 473,40	60 419,39
Materiais	12 207,51	15 339,12
Energia e fluídos	134 072,93	77 826,39
Deslocações, estadas e transportes	4 385,38	1 889,79
Serviços diversos (*)	114 401,11	112 427,46
Limpeza, higiene e Conforto	54 158,67	58 178,98
Encargos com utentes	28 602,26	21 968,92
Rendas e alugueres	17 806,44	17 788,44
	<u>320 540,33</u>	<u>267 902,15</u>

42. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Remunerações dos órgãos sociais	24 696,28	24 573,36
Remunerações do pessoal	747 405,43	721 936,60
Benefícios pós-emprego	-	30,00
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	169 850,41	163 180,91
Seguros	7 867,30	7 051,40
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	215,25	12 310,11
	<u>950 034,67</u>	<u>929 082,38</u>

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2022 foram 63 e no exercício de 2021 foram 62.

43. Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Nada a registar.

44. Aumento /redução de justo valor

Nada a registar.

45. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Rendimentos suplementares	13 705,58	11 797,69
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 129,33	745,16
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	44 236,31	45 262,20
Outros rendimentos e ganhos	19 319,63	14 025,83
	<u>78 390,85</u>	<u>71 830,88</u>

46. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Impostos	467,65	124,35
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	72,63
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	15 455,61	2 885,79
	15 923,26	3 082,77

47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	50 157,09	-	50 157,09	50 618,63	-	50 618,63
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	50 157,09	-	50 157,09	50 618,63	-	50 618,63

48. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Nada a registar.

49. Resultados financeiros

	31-Dez-22	31-Dez-21
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	177,11	236,30
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	177,11	236,30
Resultados financeiros	(177,11)	(236,30)

50. Partes relacionadas

Nada a registar.

51. Compromissos

Nada a registar.

52. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

53. Informações exigidas por diplomas legais

A Mesa Administrativa informa que a Santa Casa da Misericórdia não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Santa Casa da Misericórdia perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Vila Nova Barquinha, 16 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa